



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES – 2011

PREVIMINAS - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais
Av. Álvares Cabral, 200 – 3º andar – Centro – 30170-000 – Belo Horizonte/Minas Gerais



Envelope fechado.
Pode ser aberto
pela ECT.

MENSAGEM AOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS



Belo Horizonte, 16 de abril de 2012.

Senhor participante ou assistido:

Em conformidade com a Resolução nº 23 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, de 6 de dezembro de 2006, alterada pela Resolução CNPC nº 3, de 31 de março de 2011, a Previminas apresenta o Relatório Anual de Informações 2011, que compreende:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada - DPGA;
- Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício;
- Demonstração das Obrigações Atuariais por plano de benefício;
- Resumo do Desempenho dos Investimentos 2011, incluindo informações sobre Valores de Mercado; Composição dos Investimentos; Comparação Res. 3792/CMN e Política de Investimentos; e Rentabilidade;
- Relatório Resumo da Política de Investimentos 2012;
- Parecer Atuarial (síntese) por plano de benefício.

Esclarecemos que as informações relativas às alterações de Estatuto e Regulamentos que porventura ocorreram nos últimos 12 meses referem-se, notadamente, a ajustes às novas normas da legislação, cuja divulgação está disponível no endereç o www.previminas.com.br (menu principal: Institucional / Estatuto; e Previdência / Planos Previdenciais / Regulamentos).

Ressaltamos ainda que é muito importante conhecer o Relatório de Gestão 2011, que cont m as principais iniciativas empreendidas pela Previminas no exercício passado, também disponível no site da fundação. Mais do que uma prestação de contas, em uma linguagem simples e acessível, o documento cumpre um papel preponderante para a educação financeira e previdenciária dos participantes e assistidos, pois busca disseminar a gestão e o funcionamento de uma entidade fechada de previdência complementar.

Por fim, de acordo com a legislação, informamos que o inteiro teor das Demonstrações Contábeis consolidadas e segregadas por plano de benefícios relativas ao exercício de 2011 estão igualmente disponíveis eletronicamente no site da Previminas (menu principal: Patrimônio e Finanç as), onde ainda poderão ser encontrados, na íntegra, todos os informativos supracitados.

Atenciosamente,

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO



ATIVO	R\$ MIL		PASSIVO	R\$ MIL	
	2011	2010		2011	2010
DISPONÍVEL	316	4.049	EXIGÍVEL OPERACIONAL	18.344	19.466
			Gestão Previdencial	15.231	13.400
			Gestão Administrativa	2.647	3.374
			Investimentos	466	2.692
REALIZÁVEL	2.097.231	1.892.945	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	115.429	96.768
Gestão Previdencial	165.721	174.039	Gestão Previdencial	4.160	288
Gestão Administrativa	15.248	3.812	Gestão Administrativa	6.649	629
Investimentos	1.916.262	1.715.094	Investimentos	104.620	95.851
Títulos Públicos	55.244	-	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.964.636	1.781.773
Créditos Privados e Depósitos	16.001	-	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.935.789	1.755.943
Ações	118.764	157.486	Provisões Matemáticas	1.970.205	1.736.284
Fundos de Investimento	1.493.195	1.329.105	Benefícios Concedidos	825.420	742.294
Investimentos Imobiliários	137.769	134.696	Benefícios a Conceder	1.218.063	1.038.578
Empréstimos	44.492	45.855	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(73.278)	(44.588)
Depósitos Judiciais / Recursais	2.845	-	Equilíbrio Técnico	(34.416)	19.659
Outros Realizáveis	47.952	47.952	Resultados Realizados	(34.416)	19.659
			Superávit Técnico Acumulado	-	19.659
PERMANENTE	862	1.013	(-) Déficit Técnico Acumulado	(34.416)	-
Imobilizado	788	780	Fundos	28.847	25.830
Intangível	70	-	Fundos Previdenciais	15.721	11.489
Diferido	4	233	Fundos Administrativos	11.347	12.548
			Fundos de Investimentos	1.779	1.793
GESTÃO ASSISTENCIAL	16.661	17.014	GESTÃO ASSISTENCIAL	16.661	17.014
TOTAL DO ATIVO	2.115.070	1.915.021	TOTAL DO PASSIVO	2.115.070	1.915.021

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA



DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
A) Patrimônio Social – Início do exercício	1.781.773	1.562.720	14,02%
1. Adições	339.757	336.446	0,98%
(+) Contribuições Previdenciais	97.007	120.040	-19,19%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	185.138	188.887	-1,98%
(+) Receitas Administrativas	25.652	22.184	15,63%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa	1.306	1.146	13,96%
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	-	48	0,00%
(+) Receitas Assistenciais	30.654	4.141	640,26%
2. Destinações	(158.098)	(125.571)	25,90%
(-) Benefícios	(94.038)	(97.745)	-3,79%
(-) Constituição de Contingências – Gestão Previdencial	(4.028)	(167)	2.311,98%
(-) Despesas Administrativas	(26.696)	(22.563)	18,32%
(-) Constituição de Contingências – Gestão Administrativa	(1.464)	(955)	53,30%
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(14)	-	53,30%
(-) Despesas Assistenciais	(31.858)	(4.141)	669,33%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	181.659	210.875	-13,85%
(+/-) Provisões Matemáticas	233.921	216.836	7,88%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(54.075)	(8.490)	536,93%
(+/-) Fundos de Investimentos	(14)	48	-
(+/-) Gestão Assistencial	(1.204)	-	0,00%
4. Operações Transitórias / Migrações	-	8.178	0,00%
B) Patrimônio Social – final do exercício (A+3+4)	1.963.432	1.781.773	10,20%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA – DPGA



DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	12.548	12.736	-1,48%
1. Custeio da Gestão Administrativa	26.958	23.330	15,55%
1.1. Receitas	26.958	23.330	15,55%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	13.017	11.979	8,67%
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.944	5.123	55,07%
Receitas Diretas	56	31	80,65%
Resultado Positivo dos Investimentos	1.306	1.146	13,96%
Reembolso da Gestão Assistencial	4.229	4.141	2,13%
Outras Receitas	406	910	-55,38%
2. Despesas Administrativas	(28.159)	(23.518)	19,73%
2.1. Administração Previdencial	(17.842)	(13.945)	27,95%
Pessoal e encargos	(10.195)	(6.193)	64,62%
Treinamentos / Congressos e seminários	(64)	(175)	-63,43%
Viagens e estadias	(55)	(80)	-31,25%
Serviços de terceiros	(2.180)	(2.039)	6,92%
Despesas gerais	(3.200)	(4.052)	-21,03%
Depreciações e amortizações	(390)	(362)	7,73%
Contingências	(1.464)	(955)	53,30%
Outras Despesas	(294)	(89)	230,34%
2.2. Administração dos Investimentos	(6.088)	(5.432)	12,08%
Pessoal e encargos	(4.647)	(4.089)	13,65%
Treinamentos / Congressos e seminários	(65)	(81)	-19,75%
Viagens e estadias	(27)	(25)	8,00%
Serviços de terceiros	(453)	(416)	8,89%
Despesas gerais	(435)	(814)	-46,56%
Depreciações e amortizações	(6)	(7)	-14,29%
Outras Despesas	(455)	-	0,00%
2.3. Administração Assistencial	(4.229)	(4.141)	2,13%
4. Sobre/ Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(1.201)	(188)	538,83%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(1.201)	(188)	538,83%
6. Operações Transitórias/Migrações	-	-	0,00%
B. Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	11.347	12.548	-9,57%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PREVIDENCIAL



DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
1. Ativo	33.761	29.694	13,70%
Disponível	1	-	0,00%
Recebível	991	336	194,94%
Investimento	32.679	29.358	11,62%
Ações	2.143	2.842	-24,60%
Fundos de Investimentos	26.458	22.651	16,81%
Investimentos Imobiliários	2.456	2.395	2,55%
Empréstimos	1.680	1.470	14,29%
Depósitos Judiciais /Recurrais	32	-	0,00%
2. Obrigações	4.089	3.891	5,09%
Operacional	2.254	2.193	2,78%
Contingencial	1.835	1.698	8,07%
3. Fundos não Previdenciais	824	80	930,00%
Fundos Administrativos	727	-	0,00%
Fundo dos Investimentos	97	80	21,25%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	28.848	25.723	12,15%
Provisões Matemáticas	15.882	13.977	13,63%
Superávit/Déficit Técnico	3.970	3.784	4,92%
Fundos Previdenciais	8.996	7.962	12,99%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PREVIDENCIAL

DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido – Início do exercício	25.723	26.156	-1,66%
1. Adições	4.538	2.116	114,46%
(+) Contribuições	2.600	2.116	22,87%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	1.938	–	0,00%
2. Destinações	(1.413)	(2.549)	-44,57%
(-) Benefícios	(1.087)	(2.113)	-48,56%
(-) Custeio Administrativo	(326)	(305)	6,89%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.125	(433)	-821,71%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.905	1.346	41,53%
(+/-) Fundos Previdenciais	1.034	913	13,25%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	185	(2.692)	-106,87%
4. Operações Transitórias / Migrações	–	–	0,00%
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)	28.848	25.723	12,15%
C) Fundos não previdenciais	824	81	917,28%
(+/-) Fundos Administrativos	727	–	0,00%
(+/-) Fundo dos Investimentos	97	81	19,75%

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO PREVIDENCIAL

DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	19.852	17.761	11,77%
1. Provisões Matemáticas	15.882	13.977	13,63%
1.1. Benefícios Concedidos	5.574	5.527	0,85%
Benefício Definido	5.574	5.527	0,85%
1.1. Benefícios a Conceder	10.308	8.450	21,99%
Benefício Definido	10.308	8.450	21,99%
2. Equilíbrio Técnico	3.970	3.784	4,92%
2.1. Resultados Realizados	3.970	3.784	4,92%
Superávit técnico acumulado	3.970	3.784	4,92%
Reserva de contingência	3.970	3.492	13,59%
Reserva para revisão de plano	–	292	0,00%

VALORES DE MERCADO DOS INVESTIMENTOS - R\$ (mil)

Discriminação dos Investimentos	Dezembro 2011	% Aplicação	Dezembro 2010	% Aplicação	Limite Res. 3792
Total de Ativos de Investimentos	32.738	100,00%	29.358	100,00%	–
Renda Fixa	25.133	76,72%	21.646	73,73%	100%
Renda Variável	2.513	7,68%	2.842	9,68%	70%
Investimentos Estruturados	955	2,92%	1.005	3,42%	20%
Imóveis	2.456	7,50%	2.395	8,16%	8%
Empréstimos/Financiamentos	1.680	5,13%	1.470	5,01%	15%
Disponível	1	0,00%	–	0,00%	–

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS E EM RENDA VARIÁVEL DEZ - 2011 EM R\$ (mil)

	INVESTIMENTOS TOTAIS		32.738	100,00%
	SEGMENTO DE RENDA FIXA		25.133	76,77%
	FUNDOS EM RENDA FIXA		25.133	76,77%
	TÍTULOS PÚBLICOS		16.048	49,02%
FI RF FAROL ALM I	Notas do Tesouro Nacional NTN-B		13.736	41,97%
FI RF FAROL ALM I	Op. Compromissada (TÍTULOS PÚBLICOS)		61	0,19%
SANTANDER FI RF FAROL	Op. Compromissada (TÍTULOS PÚBLICOS)		2.250	6,87%
	TÍTULOS PRIVADOS		9.086	27,75%
FI RF FAROL ALM I	DEBÊNTURES	BNDESPAR	445	1,36%
FI RF FAROL ALM I	DEBÊNTURES	BR TELEC	115	0,35%
FI RF FAROL ALM I	DEBÊNTURES	CCR	357	1,09%
FI RF FAROL ALM I	DEBÊNTURES	CEMIG G	413	1,26%
FI RF FAROL ALM I	DEBÊNTURES	COELCE	809	2,47%
FI RF FAROL ALM I	DEBÊNTURES	DUKE GEP	210	0,64%
FI RF FAROL ALM I	DEBÊNTURES	TEL-NL	142	0,43%
FI RF FAROL ALM I	DEBÊNTURES	TRACTEBE	98	0,30%
SANTANDER FI RF FAROL	DEBÊNTURES	AUTOBAN	7	0,02%
SANTANDER FI RF FAROL	DEBÊNTURES	BR TELEC	50	0,15%
SANTANDER FI RF FAROL	DEBÊNTURES	COELCE	30	0,09%
SANTANDER FI RF FAROL	DEBÊNTURES	TEL-NL	30	0,09%
SANTANDER FI RF FAROL	DEBÊNTURES	VALE	12	0,04%
FI RF FAROL ALM I	CDB SUBORDINADO	Abn Amro	577	1,76%
FI RF FAROL ALM I	CDB SUBORDINADO	Banco Bradesco	593	1,81%
FI RF FAROL ALM I	CDB SUBORDINADO	Banco Itaú	649	1,98%
FI RF FAROL ALM I	DPGE	CRUZ SUL	531	1,62%
FI RF FAROL ALM I	DPGE	INDUSVAL	528	1,61%
FI RF FAROL ALM I	DPGE	PANAMERI	518	1,58%
FI RF FAROL ALM I	DPGE	PINE	521	1,59%
FI RF FAROL ALM I	DPGE	SCHAHIN	538	1,64%
FI RF FAROL ALM I	DPGE	SOFISA	519	1,59%
SANTANDER FI RF FAROL	LF - LETRA FINANCEIRA	Banco Santander	188	0,58%
SANTANDER FI RF FAROL	LF - LETRA FINANCEIRA	Bradesco	185	0,56%
SANTANDER FI RF FAROL	LF - LETRA FINANCEIRA	Itaú-Unibanco	188	0,57%
FI RF FAROL ALM I	CRI	BRC Securitizadora	173	0,53%
FI RF FAROL ALM I	CRI	RIO BRAVO	229	0,70%
FI RF FAROL ALM I	FIDC RURAL SERIE 2 SENIOR	Banco Rural	98	0,30%
FI RF FAROL ALM I	FIDC SANEAGO INF SN1	BEM	235	0,72%
SANTANDER FI RF FAROL	FIC FIDC CEF PACTUAL	CEF	23	0,07%
SANTANDER FI RF FAROL	FIDC RURAL SERIE 2 SENIOR	Banco Rural	75	0,23%
FI RF FAROL ALM I	CONTAS Pagar/Receber		(2)	-0,01%
	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		2.513	7,68%
	FUNDOS EM RENDA VARIÁVEL		370	1,13%
FUNDO DE AÇÕES	FIA SULAMERICA EXPERTISE ATIVOS		370	1,13%
	CARTEIRA PRÓPRIA DE RENDA VARIÁVEL		2.143	6,55%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	AMBEV PN	307	0,94%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	BRADESCO PN	173	0,53%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	BRASIL ON	45	0,14%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	CEMIG PN	99	0,30%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	COPASA ON	234	0,71%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	GERDAU PN	54	0,16%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	ITAU UNIBANCO PN	121	0,37%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	ITAUSA PN	57	0,17%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	PETROBRAS PN	439	1,34%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	SID NACIONAL ON	32	0,10%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	TELEMAR ON	47	0,14%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	TELEMAR PN	11	0,03%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	TRACTEBEL ON	65	0,20%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	USIMINAS PNA	66	0,20%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	Ações	VALE R DOCE PNA	386	1,18%
CARTEIRA PRÓPRIA RV	A Receber	DIVIDENDOS/JCP	7	0,02%
	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		955	2,92%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	FIEE EMPREENDEDOR BRASIL		69	0,21%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	FIP COLISEU		885	2,71%
	SEGMENTO DE IMÓVEIS		2.456	7,50%
	SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS		1.680	5,13%
	DISPONIBILIDADES		1	0,00%

* A entidade possui 01 terreno que foi recebido em dação de pagamento pela patrocinadora Companhia de Distritos Industriais - CDI (atual Codemig), localizado no Distrito Industrial Vale do Jatobá. Como a manutenção desse terreno é proibida pela Resolução CMN 3.792/09, a PREVIMINAS vem empreendendo esforços para vendê-lo. No entanto, trata-se de terreno industrial, cuja comercialização torna-se morosa em virtude de sua natureza e peculiaridade.

COMPARAÇÃO RES.3792/CMN E POLÍTICA DE INVESTIMENTOS



Segmentos	Alocação objetiva	Limite Superior	% invest. Atual
Renda Fixa	75,27%	100,00%	76,77%
Renda Variável	8,23%	30,00%	7,68%
Investimentos Estruturados	3,40%	10,00%	2,92%
Investimentos no Exterior	0,00%	5,00%	0,00%
Carteira de Imóveis	8,00%	8,00%	7,50%
Empréstimos aos participantes	5,10%	15,00%	5,13%

RENTABILIDADE



Segmentos	Benchmark	% Benchmark	% Rentabilidade
Renda Fixa	INPC+6%aa	12,36%	14,19%
Renda Variável	IBOVESPA	-18,10%	-7,62%
Investimentos Estruturados	INPC+6%aa	12,36%	13,30%
Carteira Imobiliária	INPC+6%aa	12,36%	6,44%
Empréstimos aos Participantes	INPC+6%aa	12,36%	17,13%
Carteira Total	INPC+6%aa	12,36%	11,53%

RELATÓRIO RESUMO DE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2012



Entidade: 2231 – Plano de Benefícios: 1992000956 – Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS)

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Período de referência: 01/2012 a 12/2012 – Indexador: INPC – Taxa de Juros: 5,00%

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS:

Nº da Ata de Aprovação: 213 – Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 14/12/2011

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Nome: Edson José Vidigal Paolucci – CPF: 204.443.116-53 – Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro

Controle de riscos: Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco de Contraparte; Risco Legal; Risco Operacional; Outros.

Política de Investimento - COMPARAÇÃO RES.3792/CMN E POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Segmentos	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	55,00%	100,00%	67,46%
Renda Variável	0,00%	25,00%	16,53%
Investimentos Estruturados	0,00%	8,00%	2,97%
Investimentos no Exterior	0,00%	3,00%	0,00%
Carteira de Imóveis	0,00%	8,00%	7,94%
Empréstimos aos participantes	0,00%	15,00%	5,10%

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar
Diretor-presidente

Edson José Vidigal Paolucci
Diretor Administrativo e Financeiro

Maria Ester Veras Nascimento
Diretora de Seguridade Social

Geraldo de Assis Souza Júnior
Gerente Estratégico Contábil e Tributário
CRC/MG 069.483

Darlan Ferraz
Contador
CRC/MG 065.575

AO REMETENTE

- MUDOU-SE
 ENDEREÇO INSUFICIENTE
 NÃO EXISTE Nº INDICADO
 FALECIDO
 DESCONHECIDO
 RECUSADO
 AUSENTE
 NÃO PROCURADO
 OUTROS : _____

- INFORMAÇÃO PRESTADA
PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
 REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ____/____/____.

DATA: _____ RUBRICA: _____

Evolução dos custos: Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 043 RE 182/11, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, 31/07/2011, estava mensurado em 3,23% da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com o regime financeiro e o método de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, sendo neste não incluso o custo referente à jóia devida pelos Participantes, equivalente ao custo médio de 0,275% da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo. Registra-se por oportuno que em relação ao Benefício de Pecúlio por Morte, com opção de transformação deste em Pensão, por se tratar de benefício facultativo no Plano, não houve neste exercício, assim como no exercício anterior, Participantes que tenham optado por tal benefício, e desta forma, o custo específico para este benefício é nulo. Comparativamente ao exercício anterior, não houve alteração do custo do Plano, o qual, em 2010, registrou também a alíquota de 3,23%, conforme Avaliação Atuarial anual posicionada em 31/12/2010.

Varição das provisões matemáticas: As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do PLANO MGS, existentes em 31/12/2011, e disponibilizadas pela PREVIMINAS, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros, e montam, em 31/12/2011, em R\$ 5.573.430,00. Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder PMBaC, fixadas pela metodologia de recorrência financeira a partir da Avaliação Atuarial anual posicionada em 31/07/2011, montam, em 31/12/2011, em R\$ 10.308.139,70. O PLANO MGS não possui Provisões Matemáticas a Constituir na data base da Avaliação Atuarial anual e nem na data de reposicionamento. Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da PREVIMINAS com o Plano, representam o montante total de R\$ 15.881.569,70, em 31/12/2011. Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2010, a variação nominal das Provisões Matemáticas do PLANO MGS foi de 13,63%, tendo sido registrado o montante de R\$ 13.976.308,00 em 31/12/2010, a qual foi influenciada, dentre as causas demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial GAMA 43 RE 182/11, por mutações da base de dados, e à ação conjunta das alterações das hipóteses atuariais em relação a Avaliação Atuarial anual de 2010.

Principais riscos atuariais: O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o PLANO MGS, caracterizam-se, basicamente,

como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais. Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2011 do PLANO MGS, e seu reposicionamento para 31/12/2011, foram aprovadas pela PREVIMINAS e Patrocinadora, a esta no que lhe é pertinente, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 43 - RE 097/11, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 018/06.

Soluções para insuficiência de cobertura: Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação Atuarial anual de 2011, posicionada em 31/07/2011, e nem no reposicionamento para o encerramento de exercício, ou seja, 31/12/2011, este item não é aplicável ao PLANO MGS, não se mostrando necessário discorrer sobre o assunto.

Qualidade da base cadastral: A base cadastral encaminhada pela Entidade, posicionada em 31/07/2011, assim como a de Assistidos posicionada em 31/12/2011, devido a metodologia de cálculo atuarial para a apuração da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, foram submetidas a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação e seu reposicionamento.

Varição do resultado Os comentários acerca da variação entre os resultados das Avaliações Atuariais de 31/12/2010 e 31/07/2011 constam, de forma pormenorizada, do Relatório GAMA 43 RE 182/11. Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$ 15.881.569,70, reposicionadas atuarial e financeiramente em 31/12/2011, respectivamente em relação aos benefícios concedidos e a conceder, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, no montante de R\$ 19.851.962,12, verifica-se que a situação econômico-atuarial do PLANO MGS apresentou Superávit Técnico acumulado de R\$ 3.970.392,42, em 31/12/2011, representando 25,00% do total das Provisões Matemáticas em dezembro de 2011, sendo integralmente mantido na Reserva de Contingência. O Superávit Técnico acumulado do Plano aumentou de R\$ 3.785.611,45 em 31/12/2010 para R\$ 3.970.392,42, em 31/12/2011, representando aumento de 4,88%, ou R\$ 184.780,97, o que

nos permite inferir que, no exercício de 2011, o Plano apresentou Superávit. Destaca-se que referido Superávit Técnico no exercício foi influenciado, dentre as causas demonstradas no Relatório GAMA 43 RE 182/11, por mutações da base de dados, à ação conjunta das alterações das hipóteses atuariais em relação à Avaliação Atuarial de 2010, e ao ganho atuarial ao Plano de 0,132% da rentabilidade patrimonial do exercício, uma vez que a rentabilidade Patrimonial auferida no período de janeiro a dezembro do exercício de 2011, foi de 11,531%, como informado pela PREVIMINAS, sendo que a exigibilidade atuarial de rentabilidade do Patrimônio de Cobertura do Plano, referente ao mesmo período, ficou em 11,384% (INPC mais taxa de juros de 5,00% de janeiro a dezembro). Ressalta-se também que tal resultado foi influenciado pela reversão parcial do Fundo Previdencial de Revisão do Plano, realizada em 31/12/2011, no montante de R\$ 180.465,00, haja vista a necessidade de recomposição da Reserva de Contingência ao patamar de 25% do valor das Provisões Matemáticas, em conformidade com o artigo 18 da Resolução MPS/CGPC 26/08. Esclarece-se também que, devido a destinação da Reserva Especial ocorridas entre 2006 e 2008 para o Fundo Previdencial de Revisão de Plano, e dessa forma, considerando que em 2009 foi constatada reserva para ajuste do Plano, iniciou-se uma nova contagem para fins do disposto no artigo 20 da LC 109/01 e artigo 12 da Resolução MPS/CGPC 26/08, sendo que, neste exercício de 2011, devido a inexistência de Reserva Especial, interrompe-se referida contagem, não se mostrando obrigatória a adoção dos procedimentos necessários para que se dê a destinação da reserva especial do exercício de 2009 para o Fundo Previdencial de Revisão de Plano durante este exercício de 2012.

Natureza do resultado: Nos exercícios de 2006 a 2008, o Plano apresentou Superávit Técnico acumulado com destinação deste tanto para Reserva de Contingência como para Reserva Especial, de acordo com as determinações da LC 109/2001. Na Data Base de 30/06/2009, foi promovida Avaliação Atuarial Especial, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC 26/08, sendo que nesta, o mesmo continuou apresentando Superávit acumulado, destinado para Reserva de Contingência e Reserva Especial, se mostrando necessária, assim, a Revisão obrigatória do Plano, sendo o recurso equivalente a Reserva Especial destinado ao Fundo Previdencial para Revisão do Plano. A partir da Avaliação Atuarial anual de 2009, o resultado do Plano permaneceu superavitário, se mostrando crescente a partir deste exercício de 2011 comparativamente ao ano imediatamente anterior. Dessa forma, o resultado tem caráter perene, atribuindo-se, então, natureza estrutural.

Adequação dos métodos de financiamento:

Observado que o Plano não está em extinção e, considerando, ainda, que o montante de Provisões Matemáticas, calculado pelo Método de Crédito Unitário, conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório GAMA 43 - RE 097/11, ficou aquém daquelas processadas com os métodos de financiamento adotados nos benefícios do Plano, e aplicados no regime financeiro de capitalização, de forma que entendemos que os métodos adotados estão adequados e aderentes à legislação.

Outros fatos relevantes: 1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/07/2011 e reposicionada atuarialmente e financeiramente para 31/12/2011, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimentos e administrativos, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil dos referidos meses, sendo a precificação de sua responsabilidade, e considerados que tais valores refletem a realidade dos fatos, bem como que as Provisões Matemáticas ora avaliadas estão fixadas com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 5%. 2) Registra-se, conforme Balancete Contábil de 31/12/2011, o Fundo Administrativo montava em R\$ 726.676,36, e o Fundo de Investimentos no montante de R\$97.443,70, cuja determinação é de responsabilidade da PREVIMINAS. Os Fundos Previdenciais em 31/12/2011 montam em R\$ 8.996.363,37, ambos com a respectiva cobertura patrimonial. 3) Em relação aos Fundos Previdenciais, o valor acima mencionado subdivide-se, em 31/12/2011, em: i) REVISÃO DO PLANO, que monta a quantia de R\$ 5.193.178,00, subdividido entre, de um lado, Patrocinadora e de outro, Participantes e Assistidos, e tem como origem de recursos a Reserva Especial para Revisão de Plano, na forma prevista na legislação vigente, sendo destinado à utilização pelos Participantes, Assistidos e Patrocinadora; e ii) FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO, registrado em Outros Previsto em Nota Técnica Atuarial, que montava em R\$ 3.803.185,37, e teve como origem de recursos na data da avaliação atuarial anual de 2009, pela assunção do saldo existente na forma contabilizada, sendo destinado a fazer frente a eventuais oscilações de risco do Plano, não havendo recursos recebidos ou utilizados no exercício de 2011. 4) Ressalta-se que em 31/12/2011 deu-se a reversão parcial do Fundo Previdencial de Revisão do Plano, no montante de R\$180.465,00, haja vista a necessidade de recomposição da Reserva de Contingência ao patamar de 25% do valor das Provisões Matemáticas, em conformidade com o artigo 18 da Resolução MPS/CGPC 26/08. 5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2011, comparativamente às adotadas para o exercício de 2010, destaca-se as alterações: Rotatividade: da Tábua GAMA/ROT-EXPERIÊNCIA MGS 2009 (D10%) para GAMA/ROT-EXPERIÊNCIA MGS 2009 (D15%); Fator de Capacidade: de 0,9803 para

0,9802; Crescimento Real dos Salários: de 1,00% a.a. para 0,81% a.a.; Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT49 Masculina agravada em 100% para RP2000 DISABLE segregada por sexo; e Tábua de Entrada em Invalidez: de Zimmermann para Light Média. 6) A rentabilidade entre as datas bases das Avaliações Atuariais dos exercícios de 2010 e 2011, encontra-se descrita no Relatório GAMA 43 RE 182/11.

PLANO DE CUSTEIO: O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em 01/03/2012, em conformidade com o documento específico GAMA 43 – PC 007/11, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVIMINAS e pela Patrocinadora antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo este indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo a PREVIMINAS zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

PARTICIPANTES: CONTRIBUIÇÃO NORMAL*: Percentual incidente sobre o Salário de Participação: 1,77%

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS: Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora

PARTICIPANTES REMIDOS 0,00%

* Conforme definições da PREVIMINAS, a Contribuição Normal será dispensada nos casos em que o Participante esteja em gozo de Auxílio Doença pelo Plano.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – JOIA: Contribuições Extraordinárias de Joia são devidas exclusivamente pelos Participantes e Participantes Autopatrocinados, pelo prazo previsto quando de sua instituição, equivalentes à aplicação do fator corretivo individual sobre a Contribuição Normal, determinado atuarialmente, em conformidade com Regulamento e Nota Técnica Atuarial específica.

PATROCINADORAS: CONTRIBUIÇÃO NORMAL - De valor paritário à Contribuição Normal do Participante.

PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO* : Em conformidade com a definição do Conselho Deliberativo da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, aprovado em 30/11/2011, conforme ATA nº 211, de 30/11/2011, o custo intencionado para o PLANO MGS monta o valor de R\$ 1.496.002,46, equivalente a 4% dos Recursos Garantidores previstos pela Entidade para o final do exercício de 2012, estes no montante de R\$ 37.400.061,59, a vigorar para o Plano de Custeio de 2012, sendo este constante do documento específico de Plano de Custeio GAMA 43 – PC 007/11.

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre todas as Contribuições Normais da Patrocinadora e dos Participantes: 9,00%

b) Taxa de Carregamento aplicável sobre todas as Contribuições Extraordinárias da Patro-

cinadora, dos Participantes e dos Assistidos (exceto a descrita na alínea “c” subsequente): 9,00%

c) Taxa de Carregamento aplicável sobre todas as Contribuições Extraordinárias Contratadas pela Patrocinadora**: Não Aplicável

d) Taxa de Carregamento, referente ao Participante Remido, conforme definição da Entidade: 9,00%

e) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano 3,447%

* Se necessário, o Fundo Administrativo servirá como fonte acessória do custeio Administrativo do Plano, sendo eventuais excessos de custeio destinados ao referido Fundo Administrativo.

** Não existe Contribuição Extraordinária Contratada pela Patrocinadora.

As Contribuições Normais e Extraordinárias indicadas no Plano de Custeio já se encontram embutidas das respectivas Taxas de Carregamento Administrativo acima indicadas.

Conforme definições da PREVIMINAS, e em face de que a Contribuição Normal será dispensada nos casos em que o Participante esteja em gozo de Auxílio Doença pelo Plano, inexistente, para esses Participantes, Taxa de Carregamento sobre Contribuições Normais.

Conforme faculdade regulamentar e definição da Entidade, considerando o percentual informado na tabela anterior, o carregamento administrativo dos Participantes Remidos deverá ser deduzido do Direito Acumulado do Participante - DAP na forma de parcela única, em montante equivalente às contribuições administrativas projetadas e destinadas ao custeio administrativo, ou seja, considerando todas as contribuições que o Participante Remido deveria realizar até cumprir a Elegibilidade ao Benefício Decorrente da Opção ao Benefício Proporcional Diferido, considerando o número de meses faltantes e o montante mensal vertido por ele até então, adicionado daquele montante mensal também vertido que seria de responsabilidade da Patrocinadora, utilizando para tanto, o valor da última contribuição integral realizada anterior à Data de Opção. Os valores relativos ao custeio das despesas administrativas deduzido nos termos acima, correspondente ao período não decorrido entre a Data de Opção e a Data de Início de Benefício decorrente de opção pelo BPD, em caso de Resgate ou Portabilidade, serão reincorporados ao DAP.

CONCLUSÃO: Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do PLANO MGS, em 31/12/2011, encontra-se Superavitária, conforme comprovada pela existência de Superávit Técnico acumulado de R\$ 3.970.392,42, o qual foi destinado integralmente a Reserva de Contingência, sendo desta forma preservado o limite nesta Reserva de 25% das Provisões Matemáticas, como observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o Patrimônio de Cobertura do Plano, considerando a inexistência de Provisões Matemáticas a Constituir.